

POR QUE OS GOLPES MILITARES ESTÃO DE VOLTA À ÁFRICA

Enoch Ndem Okon¹



Introdução

Durante a 76ª edição anual da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York em setembro de 2021, o Secretário Geral das Nações Unidas alertou sobre o retorno dos golpes de Estado em todo o mundo. Esta preocupação é de extrema relevância na África, onde o renascimento da democracia foi altamente celebrado, e a eclosão da Primavera Árabe foi vista como a gota d'água do autoritarismo, e a ascendência da democracia nos enclaves até então autoritários da região do Maghreb. O sucesso da transição para o regime democrático no Egito e na Tunísia, como foi feito na terceira onda de democracia em muitos países da África subsaariana, foi visto como a mudança de narrativas sobre transições inconstitucionais de governo e a consolidação da governança democrática em todo o continente.

A celebração da aparente densidade democrática no continente é entendida no contexto do passado histórico recente onde quase todos os Estados da África estavam sob o domínio de um governante militar ou de um déspota autoritário de partido único. No alvorecer do novo milênio, os golpes militares e o totalitarismo estavam liberando seu domínio sobre o continente à medida que as eleições multipartidárias e a rotatividade eleitoral ganhavam força. De fato, muitas organizações regionais dentro do continente assentiram com a eliminação do golpe militar e outros meios de conquistar o poder político, com exceção das urnas eleitorais, bem como a plena adesão às normas e práticas democráticas; portanto, há cláusulas no governo regional e protocolos que afirmam a primazia da democracia sobre qualquer outra forma de governo assinada pelos blocos regionais no continente.

¹ Departamento de Ciência Política, University of Calabar. Calabar, Nigéria. E-mail: enochokon@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0700-4525.

O nascimento da União Africana em 2002 deu um impulso adicional à consolidação democrática, uma vez que os valores e princípios liberais foram defendidos em seu Ato Constitutivo. Além disso, o Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (MARF) foi projetado para encorajar a promoção da democracia e a revisão daqueles fatores internos que até então levavam à dissidência e tensão política – o precursor dos golpes militares e da instabilidade política.

No entanto, inúmeros golpes militares foram registrados no continente nos últimos dez anos, incluindo o golpe egípcio, que derrubou Mohamed Morsi em 2013; a derrubada de Robert Mugabe no Zimbábue em 2017; a tentativa de golpe de 2021 em Madagascar; os golpes de 2012, 2020 e 2021 no Mali; o golpe de 2012 na Guiné Bissau e a tentativa de golpe em janeiro de 2022; o golpe chadiano após a morte do falecido Presidente Idris Derby em 2021; o golpe guineense de 2021, que recentemente derrubou Alpha Condé; uma tentativa de golpe na véspera da posse do novo governo no Níger em 2021; o golpe de Burkina Faso, que derrubou o Presidente Kaboré em janeiro de 2022; e os golpes militares no Sudão, que pôs fim ao regime autoritário de Omar Al Bashir em 2019, e consolidou o domínio militar sobre o poder em 2021.

A ascendência de golpes de Estado no continente é o objetivo central deste estudo e procura responder à pergunta: “por que os golpes militares estão de volta ao continente?”. Este trabalho está dividido em introdução, revisão da literatura, estrutura teórica, discussão e conclusão.

Revisão literária

Diversos estudiosos definiram e conceituaram golpes militares de formas diferentes, mas há um consenso entre eles de que os golpes militares envolvem a tomada forçada do poder político por membros das Forças Armadas do país; refere-se a uma intervenção, posterior derrubada e substituição de governantes/políticos civis por militares. Pode também envolver a substituição de um conjunto de governantes militares por outros. Os golpes militares são, por muitas vezes, associados às mudanças sociais e às revoluções políticas. Contudo, ambos podem ser complementares e mutuamente exclusivos (First 1970, 6). Os golpes são comuns na destituição da administração civil por militares. Entretanto, membros das Forças Armadas podem derrubar o regime militar e isso é visto como um contra golpe; e quando um golpe é executado por um deputado ou membros de assembleia interna de uma junta governante, ele é visto como um golpe palaciano. Assim, um contra golpe é exemplificado pelo segundo golpe militar na Nigéria em julho de 1966, enquanto Blaise Compaoré em Burkina Faso liderou um golpe palaciano con-

tra Thomas Sankara em 1987. Temos também um golpe fantasma, no qual um golpe é administrado por agentes de um governo em exercício a fim de implicar membros das Forças Armadas; isto se manifestou no suposto golpe do General Oladipo Diya e outros contra o governo do General Sani Abacha em junho de 1998 (Adefaka 2016; ICG 2021; Nyang'oro 1993).

O golpe militar é globalmente visto como um sintoma de decadência política e de crises, comuns durante a era da Guerra Fria nos países do Terceiro Mundo. Os países latino-americanos foram foco de golpes militares antes do surgimento dos Estados africanos nos anos 1960. No entanto, em 1985, a África tornou-se o epicentro dos golpes militares, onde os soldados facilmente conseguiram acesso a arsenais, mobilizaram algumas centenas de pessoas no quartel, assumiram estações de rádio, correios, aeroportos, instalações de telecomunicação e prenderam presidentes. Isto ocorreu em mais da metade dos cerca de 50 países do continente, mas alguns experienciaram contra-golpes dentro de oito a doze meses (Japhet 1978; Welch 1987; First 1970; McGowan e Johnson 1984).

Diversos motivos foram apontados por estudiosos para a recorrência de golpes na África e em países do Terceiro Mundo no passado. Os temas dominantes centraram-se nos sistemas sócio-políticos e econômicos e no subsistema militar (Finer 1962; Acemoglu et al. 2010; Thompson 1976; Huntington 1981; Nordlinger 1977). Após uma ou duas décadas de transição democrática, ocorrências e narrativas semelhantes estão voltando ao continente, especialmente entre 2012 e 2022.

Estrutura teórica

A estrutura teórica escolhida para este estudo é a Teoria da Segurança Humana. Os proponentes desta teoria incluem o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (1994), Thakur (2006) e von Tigerstrom (2006). A segurança humana é uma estrutura do pós-Guerra Fria que procura expandir o objeto de referência da segurança para além do paradigma centrado no Estado da época anterior. Segundo o PNUD, “o conceito de segurança tem sido interpretado por muito tempo de forma restrita: como segurança do território contra agressões externas, ou como proteção dos interesses nacionais na política externa ou como segurança global contra a ameaça de um holocausto nuclear” (PNUD 1994, 2, tradução nossa²). A comunidade internacional con-

2 No original: “the concept of security has for too long been interpreted narrowly: as security of territory from external aggression, or as protection of national interests in foreign policy or as global security from the threat of a nuclear holocaust” (UNDP 1994, 2).

siderou a estrutura da Guerra Fria inadequada para a nova era, uma vez que as ameaças à vida emanavam da dinâmica interna dos Estados, especialmente nos países do Terceiro Mundo. A segurança humana centra-se na promoção dos direitos humanos fundamentais da cidadania e na busca ativa pelo desenvolvimento sustentável, como estratégias contra o descontentamento social e a instabilidade política. A segurança humana, portanto, concentra-se no bem-estar e na segurança dos indivíduos e dos grupos dentro dos Estados, e os protege da tirania do mesmo e de outros fatores antropogênicos que ameaçam sua existência (Thakur 2006; von Tigerstrom 2006). Para este fim, a segurança humana é: segurança econômica – existência de iniciativas decentes para erradicação do desemprego e da pobreza; segurança política – liberdade de visão política e associação, inclusão política e participação; segurança alimentar – acesso a dieta balanceada e três refeições diárias; e segurança sanitária – disponibilidade de pessoal de saúde adequado, acesso dos cidadãos a instalações de saúde, medicamentos básicos, proteção contra doenças transmissíveis e não transmissíveis. Outros são segurança comunitária – liberdade de associação e consciência, tolerância racial, étnica e religiosa, e policiamento eficaz da vizinhança; segurança ambiental – controle da poluição ambiental, aplicação de leis e regulamentos que aumentam a proteção do meio ambiente, proteção dos recursos naturais, e exploração sustentável dos recursos naturais; e segurança pessoal – liberdade de ameaças e medo de violência física, e Estados/administrações coercitivas, e liberdade de decisões e ações (Thakur 2006; UNDP 1994; von Tigerstrom 2006).

A relevância da segurança humana para este estudo reside em sua capacidade de explicar diversas variáveis que justificam o retorno dos golpes militares na África desde 2012. Especificamente, a teoria da segurança humana provê uma visão das inadequações sistêmicas nos países africanos que geram descontentamento social, tensão política e, eventualmente, um golpe militar. Ela também explica o papel moderador da comunidade internacional nos golpes africanos, uma vez que o golpe militar e a segurança humana são questões atuais na agenda global.

Por que os golpes militares estão de volta à África

O retorno dos golpes militares na África pós-2000, especialmente a partir da segunda década do milênio, é de grande preocupação para os estudiosos, para a comunidade internacional, para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e para os demais atores do sistema. Esta seção procura identificar as variáveis que promovem a conspiração e execução de golpes na África.

Vestígios de autoritarismo e síndrome de “sit-tight”

Na independência, a maioria dos líderes africanos herdou formas de estruturas autoritárias e imperativos normativos que sustentavam o colonialismo, e as adotou na governança de seus respectivos Estados. O colonialismo e os governos coloniais em todo o continente não eram democráticos. Na verdade, todos os Estados coloniais foram conquistados pela força e administrados com todas as formas de crueldade contra qualquer oposição (Okon e Ojokorotu 2018). As estruturas do Estado, com fronteiras arbitrárias, foram construídas à força, sem consulta aos povos locais. Elas lançaram as bases do autoritarismo em escala macro no continente, já que a competição entre grupos etno-religiosos e nações em disputa dentro dos Estados era vista como um jogo de soma zero e exigia um déspota para regulamentá-los (Joseph 1984; Nyang'oro 1989).

Os impactos concretos dessas dinâmicas incluem o surgimento de homens fortes com capacidade de manipular o Estado de forma a promover futuros conflitos; abundam os exemplos que apoiam isto e suas consequências. Cecil Rhodes liderou a Companhia Britânica da África do Sul (*British South Africa Company*, no original) no final do século XIX para adquirir e eventualmente colonizar o Zimbábue e outras partes da África Austral como um império comercial. Foi administrada tendo como mantra a maximização do lucro, sem consulta ao povo local, e este último não estava representado na administração da empresa e do governo. As administrações subsequentes tinham uma marca registrada do totalitarismo. Ian Smith passou quatorze anos como primeiro-ministro da República entre 1965 e 1979, após os quais os brancos minoritários declararam unilateralmente a Rodésia um Estado independente.

A intriga política e a guerrilha de maioria negra levaram à independência formal em abril de 1980, com Robert Mugabe como presidente. Mugabe herdou, portanto, as estruturas sócio-econômicas e políticas contraditórias e os imperativos normativos. Em primeiro lugar, a maioria negra tinha acesso mínimo à terra e ao setor produtivo. Mugabe criou, assim, uma nova estrutura de governança da terra para a redistribuição da mesma à comunidade negra. A oposição generalizada à política de terras e a percepção da necessidade de estabilizar a posse negra na terra aumentou o domínio de Mugabe sobre o poder, até que ele se tornou o presidente vitalício do Zimbábue, com enorme poder para manipular o sistema e os processos políticos. As tentativas de Mugabe de projetar sua esposa, a Sra. Grace Mugabe, como sua sucessora na presidência do Zimbábue, só puderam ser interrompidas pelos militares, que o fizeram em 2017, já que todas as outras instituições eram fracas demais para verificar os excessos do velho presidente (Asuelime 2018; Tendi 2019).

Da mesma forma, o Sudão é um produto do colonialismo europeu e do autoritarismo. O antigo Reino de Kush, por volta de 1070 a.C., tornou-se um condomínio anglo-egípcio em 1899 e foi governado pelos britânicos até a Revolução Egípcia do início dos anos 1950 e posterior independência em 1956. A diferença etno-religiosa entre o norte muçulmano e o cristianismo no novo estado, e o controle dos recursos petrolíferos na parte sul do país levou a uma longa Guerra Civil entre a região sul e o governo central sudanês. A Guerra Civil terminou com a secessão do Sudão do Sul em 2011.

No entanto, o Sudão unido durou sob a força de Omar Bashir e outros ditadores que mantiveram o país unido à força e, como tal, abominaram a competição política. O enfraquecimento da oposição e a personalização das instituições políticas fizeram da intervenção militar a única opção de mudança de liderança, e isto ocorreu em 2019. Entretanto, o golpe fracassado do general Abdel Fattah al-Burhan em 2021, foi uma tentativa de consolidação do poder pela nova liderança, já que o protesto que justificou a destituição de Omar Bashir trouxe atores com pensamentos diversos sobre críticas questões nacionais, mas com o interesse comum de acabar com o domínio do poder pelo ditador (Hoffman 2021; Lowings 2021).

O golpe egípcio, que terminou décadas do regime ditatorial de Hosni Mubarak em 2011 e a derrubada do regime de Mohamed Morsi em 2013, estavam na mesma categoria que os golpes de Estado no Zimbábue e no Sudão. A República Árabe do Egito tem uma longa história, que remonta ao século 2000 a.C. No entanto, a história do Egito é sinônimo de autoritarismo. Desde os Mamelucos, ao domínio do Otomano e da Dinastia Mohammed Ali entre os séculos XI e XX, o Egito tem sido um centro de autoritarismo, que foi interrompido por sete anos de “protetorado” britânico entre 1915 e 1922.

A Dinastia Mohammed Ali terminou com a Revolução Egípcia de 1952. A República Árabe do Egito foi posteriormente governada por fortes líderes: Gamal Abdel Nasser (1954-1970); Anwar Sadat (1970-1981); e Hosni Mubarak (1981-2011). Durante a Era Mubarak, as eleições eram realizadas periodicamente como um instrumento de legitimação do Presidente, uma vez que os eleitores eram convidados a marcar sim ou não em suas cédulas de voto e não havia nenhum candidato ou partido alternativo (HRW 2010; Vatikiotis 1991). A momentânea experiência democrática após a destituição de Mubarak, em 2012, foi contraproducente, visto que o extremismo islâmico reacionário de Morsi ameaçou a secularidade do Estado, bem como a delicada paz no Oriente Médio; Morsi foi derrubado por um golpe militar em 2013.

Assim, os vestígios do autoritarismo e da liderança austera são responsáveis por alguns dos golpes de Estado na África pós-2000, uma vez que se tornaram o único instrumento de mudança sócio-política em Estados fracos

com líderes autoritários. A comunidade internacional não deve se surpreender se os militares assumirem o poder em Camarões, Uganda e República do Togo, onde traços de autoritarismo e liderança firme estão entrincheirados (Igwe 2011; Siegle 2006).

Estruturas, valores e normas democráticas frágeis

As marcas distintivas da democracia incluem partidos políticos, legislaturas, árbitros eleitorais, organizações da sociedade civil ativas e ramos do executivo do governo eleitos. Estas estruturas são sempre afetadas ou proibidas assim que os golpes militares são bem sucedidos nos Estados africanos. Além disso, estas estruturas, em colaboração com o judiciário, são essenciais para a defesa dos valores e normas democráticas, tais como: o Estado de Direito; proteção dos direitos básicos do povo; eleições periódicas, competitivas, livres, justas e confiáveis; constitucionalismo; liderança responsável e transparente; inclusão sociopolítica e econômica e participação dos cidadãos; assim como a separação de poderes e um sistema de pesos e contrapesos (Agnew 2002; Chakravarty 2018).

Infelizmente, a maioria dessas estruturas é frágil nos Estados africanos. Isto é atribuído a imperativos primordiais, como etnia e religião em Estados seculares. Por exemplo, os partidos políticos refletem a agregação de interesse e ideologia de pessoas com um interesse comum de ascender ao poder político e implementar uma certa agenda definida pela vitória eleitoral nas urnas. Isto dificilmente é obtido na África, exceto em alguns países, como Gana, Botswana e África do Sul no novo milênio.

No nascimento da Quarta República, em 1999, a Aliança para a Democracia (*Alliance for Democracy*, no original em inglês) surgiu como um Partido do Sudoeste da Nigéria, mas mais tarde foi substituído pelo então Partido Democrata Popular (*Peoples Democratic Party*, no original em inglês), principalmente devido ao peso político do ex-presidente Olusegun Obasanjo. O cenário político egípcio de 2012 foi dominado pela Irmandade Islâmica (*Islamic Brotherhood*, no original em inglês) de Mohamed Morsi, um partido dedicado ao domínio islâmico e à possível entronização de um Estado Islâmico em lugar do Estado secular. Nas eleições do Burundi em 2005-2015, o Conselho Nacional de Defesa da Democracia - Forças de Defesa da Democracia (*National Council for Defense of Democracy – Forces for the Defense of Democracy*, CNDD-FDD, na sigla em inglês), liderado pelo falecido presidente Pierre Nkurunziza, foi considerado um partido Hutu, destinado a defender os interesses dos Hutus contra a hegemonia intimidadora da minoria Tutsi. Da mesma forma, no Quênia, o Kikuyu teve o Partido Jubileu liderado por Uhuru Kenyatta contra o Luos, dominado

pelo Movimento Democrático Laranja (*Orange Democratic Movement*, ODM, na sigla em inglês) de Ryla Odinka em 2017, uma reminiscência da União Nacional Africana do Quênia (*Kenya African National Union*, KANU, na sigla em inglês) e da União Democrática Africana do Quênia (*Kenya African Democratic Union*, KADU, na sigla em inglês) no início da era da independência, mesmo quando a constituição proibia partidos de base étnica. O partido ZANU-PF era dedicado à causa dos negros no Zimbábue.

O domínio desses partidos em seus respectivos parlamentos se traduz na marginalização de questões de interesse nacional em favor de questões particulares. O impacto real dessas realidades, entre outras, é a decisão e legislação desequilibrada nos parlamentos, que enfraquece o consenso nacional sobre questões nacionais, tais como governança fundiária, redistribuição de recursos nacionais, justiça, equidade e justiça na alocação e distribuição de bens públicos, e nomeações e patronatos governamentais. Além disso, os partidos setorializados enfraquecem a capacidade parlamentar de responsabilizar o Executivo perante o povo e reduzem o parlamento a um apêndice deste poder. O efeito de acumulação destes inclui o enfraquecimento do parlamento como uma estrutura muito importante da democracia e o alinhamento das populações marginalizadas com qualquer entidade capaz de libertá-las dos grilhões do partido principal dominante e de seu parlamento (Arieff 2015; Kisaka e Nyadera 2019).

Ainda mais grave é o surgimento e a proeminência de organizações regionalizadas da sociedade civil nos Estados africanos com enorme influência nos discursos nacionais. Na Nigéria, por exemplo, elas incluem: *Afenifere*, Congresso dos Povos de Odua (*Odua Peoples' Congress*, no original), Conselho dos Anciãos Yorubá (*Yoruba Council of Elders*, YCE, na sigla em inglês) e outros do Sudoeste. O sul do país ostenta o Fórum Pan Níger Delta (*Pan Niger Delta Forum*, PANDEF, na sigla em inglês); o Sudeste tem *Oha-neze-Ndigbo*; o Norte da Nigéria ostenta o Fórum Consultivo Arewa (*Arewa Consultative Forum*, ACF, na sigla em inglês), e a coalizão dos Grupos Nórdicos (*Northern Groups*, CNG, na sigla em inglês). O perigo de sua proeminência no discurso nacional é a escassez da comunidade de OSC com agenda nacional em questões como governo responsável e inclusivo, corrupção, reformas sócio-políticas, ambientais, econômicas e do setor de segurança, bem como as ameaças emergentes à paz e à segurança no país.

Essas OSC segmentadas tornaram-se de fato parte das forças centrífugas que enfraquecem outras estruturas democráticas nos Estados africanos. Outra estrutura que vale a pena avaliar são os árbitros eleitorais em todo o continente, em termos de sua capacidade de realizar eleições livres, justas e confiáveis nesses Estados. De acordo com Teffo (2018), a avaliação do desempenho dos árbitros eleitorais nos últimos quinze anos no continente revelou

casos de fraude, *gerrymandering*, abuso e, às vezes, conluio do titular com a Comissão Eleitoral Independente/Organismo de Gestão Eleitoral (*Independent Electoral Commission/Electoral Management Body*, IEC/EMB, na sigla em inglês) para garantir um resultado pré-determinado.

Além disso, o consenso sobre as regras e modalidades aceitas para a realização de eleições por todas as *stakeholders* também surgiu como um desafio. Muitos *stakeholders* em alguns países boicotaram as eleições por este motivo, enquanto outras recorrem à violência eleitoral (Hounkpe e Fall 2011, 2). Ainda, é comum que os resultados eleitorais detalhados desapareçam enquanto o órgão eleitoral anuncia os vencedores e perdedores, com sua respectiva porcentagem do voto nacional (Fridy 2009, 88).

Jinaldu (1997, 2) associa a base superficial dos árbitros eleitorais ao passado colonial e à era da independência, onde a máquina eleitoral herdada era uma presa fácil de manipulação e controle das sucessivas administrações para o colonialista, que em uma tentativa de auto-perpetuação no poder e domínio do espaço político recusou-se a construir uma comissão eleitoral forte e independente, com a capacidade de subverter sua ambição hegemônica. Estas dinâmicas do passado histórico continuam a afetar a integridade dos árbitros eleitorais em toda a África; há muito pouca confiança entre o eleitorado e o árbitro. Isto resultou na apatia dos eleitores em todo o continente, pois muitos acreditam que os resultados eleitorais são pré-determinados e seus votos não contam. A apatia dos eleitores e a retirada dos votos deslegitimam o resultado eleitoral e os governos subsequentes formados após as eleições. Sob estes cenários políticos, os cidadãos veem os líderes democráticos como entidades ilegítimas impostas por figuras de poder que controlam o mecanismo eleitoral e o Estado (Mataka e Nkandu 2020; Ogwuchi e Jooji 2020). Em suma, partidos políticos e parlamentares etno-regionais e religiosos polarizados, OSCs segmentadas e árbitros eleitorais manipulados formam o alicerce de estruturas democráticas fracas, que alienam os governos dos Estados africanos, assim como seus governados e aumentam a vulnerabilidade do regime e a subsequente tomada do poder militar.

Falhas da democracia na África

No final da Guerra Fria e da vigência do Programa de Ajuste Estrutural (*Structural Adjustment Program*, SAP, na sigla em inglês) orquestrado pelas Instituições de Bretton Woods, a democracia liberal foi apresentada aos Estados africanos como uma solução única para seus males sociopolíticos e econômicos, usando os Tigres Asiáticos como protótipos (Kim 1998; Paul e Tan 2003). Havia

uma expectativa crescente entre os africanos de que a transição do governo militar para a governança democrática era a melhor solução para seus diversos desafios, mas tal euforia foi substituída pelo pessimismo devido à piora nos índices de desenvolvimento e crescimento da sociedade.

São vários exemplos que fundamentam isto, as economias africanas ainda dependem de recursos extrativos e agrícolas com poucos serviços de valor agregado para melhorar seu valor no mercado global; a economia tem permanecido um mercado não apenas para os países ocidentais tradicionais, mas também para a China e outras economias emergentes. Os índices de pobreza e inflação estão crescendo a cada ano; o desemprego está aumentando devido à explosão populacional, decorrente da eficácia da vacinação na primeira infância; o fracasso da colheita e a seca aumentam exponencialmente a insegurança alimentar; a moeda nacional está intermitentemente desvalorizada; e o setor real da economia está moribundo; já que o sonho da industrialização já nasceu irrealizado. Pior ainda, as instalações infraestruturais são extremamente inadequadas e dificilmente sustentam as pequenas e médias empresas (PMEs ou SMEs, *small and medium enterprises*, no original). A implicação líquida destas, entre outras, é que uma porcentagem maior de africanos é hoje mais pobre do que era no início do milênio (Banco Mundial 2013; AfDB 2021).

Relacionado aqui está o nível estratosférico de desigualdade social entre indivíduos, grupos e regiões. A classe política na Nigéria, por exemplo, ganha mais do que qualquer outro grupo no país. Eles também têm acesso a contratos governamentais, patrocínios e tesouro do Estado. No Mali, a lacuna infraestrutural e de desenvolvimento entre o Sul e o Norte do país é espantosa, o que explica uma série de rebeliões tuaregues. Isto também é replicado na Nigéria e em outros lugares da África onde o acesso à educação, saúde e serviços sociais estão desigualmente distribuídos tanto em qualidade quanto em quantidade.

Mais ainda, existe uma enorme disparidade no acesso aos serviços sociais entre as áreas rurais e urbanas, bem como uma distribuição desigual dos bens públicos entre os distritos geopolíticos; estes são vistos como fracassos da democracia no novo milênio. Também preocupante é o nível de corrupção institucional e o roubo voraz de fundos públicos nos Estados africanos. A Transparência Internacional (*Transparent International*, no original) tem classificado consistentemente os Estados africanos na mais baixa posição do Índice de Percepção da Corrupção (*Corruption Perception Index*, CPI, na sigla em inglês). Além disso, o nepotismo e outros sentimentos paroquiais caracterizam a nomeação em instituições governamentais; o mérito e a competência são sacrificados como se supõe na percepção do nepotismo na Nigéria desde 2015 (Akadiri e Akadiri 2018; Abdul-Korah 2010; Hope 2017; Shimeles e Nabassaga 2017).

As narrativas sobre a marginalização e exclusão política são uma figura recorrente na África: os Igbos na Nigéria, os Luos no Quênia, os Tuaregues no Mali e seus vizinhos, os Tutsis no Burundi, a lista é interminável. Além da marginalização e exclusão etno-regional está a exclusão de classe, onde os processos eleitorais tornam muito difícil para o cidadão médio candidatar-se a uma posição eletiva, isto é comum na Nigéria onde o custo de concorrer a uma posição eletiva está além do alcance dos assalariados médios. Consequentemente, muitos aspirantes se voltam para indivíduos influentes em busca de apoio e patrocínio. O resultado líquido deste processo é o surgimento de padrinhos políticos que financiam as eleições para aspirantes e, em troca, procuram favores. Assim, o clientelismo se torna uma característica comum da democracia africana; isto reforça a corrupção nos Estados do continente.

Além disso, as competições políticas dificilmente são justas, seu resultado é um jogo de soma zero que, na maioria das vezes, favorece os mais ricos. A marginalização política e a exclusão por manipulação etno-regional e de classe em um sistema democrático é um fracasso da democracia para garantir equidade, justiça e igualdade para todos (Onah e Nwali 2018; Joseph 1984).

Outra tragédia da democracia é o fracasso na construção do Estado e da nação na África. Linhas divisórias entre grupos étnicos e religiosos tornam-se mais pronunciadas à medida que os políticos fazem lobby para obter apoio dos eleitores localizados e angariar bens públicos para esses eleitores correspondentes sem equidade e sem propagação nacional. Além disso, os governos dos Estados africanos dificilmente embarcaram em um projeto de integração genuíno que submergiria o fervor etno-religioso e promoveria a consciência nacional. Assim, mais de 60 anos após a independência e 20 anos de governança democrática ininterrupta, muitos africanos se identificam primeiro com seus grupos étnicos, antes de seu país, como fizeram Igbos, Yorubá, Tiv, Ijaws, Efiks e outros na Nigéria, bem como Kikuyus, Luos, Kalenjins, Maasai e Luhyas no Quênia. De fato, a relevância do Estado para um africano médio é superficial, exceto quando tal identidade é necessária para vantagens pessoais ou de grupo, mas dificilmente por patriotismo (Kisaka e Nyadera 2019; Ugoh 2008).

A democracia também não conseguiu conter os desafios de segurança da era pós-Guerra Fria, que são notavelmente diferentes da segurança centrada no Estado das eras anteriores. Especificamente, a ascensão das forças centrífugas dentro dos Estados africanos e a explosão das guerras civis no continente, tal como foi experimentada na Costa do Marfim, República Centro-Africana, Camarões e Etiópia. Os desafios de segurança foram reforçados pela destituição de Gaddafi na Líbia e a pilhagem do arsenal do Estado líbio e agravados pelo aumento global do extremismo islâmico com a agenda jihadista.

O resultado dessas interações é a proliferação ou ampla circulação de armas ilícitas roubadas do arsenal líbio e o aumento do terrorismo e da insurgência islamista em todo o continente, especialmente na região do Sahel. De fato, oitenta por cento dos golpes recentes no continente aconteceram nesta região. O desdobramento das ameaças à segurança é um desafio para as forças armadas africanas, que até então treinavam na guerra convencional e em batalhas de trincheiras. Isto é complicado pela escassez de especialistas em combate ao terrorismo, treinamento deficiente e equipamentos e plataformas obsoletas necessárias para conter estas ameaças. Consequentemente, Estados africanos como Mali, Nigéria, Níger, Chade, Burkina Faso e Camarões registram um grande número de vítimas de ameaças. O aparente fracasso dos governos democráticos em atender às exigências operacionais dos soldados no campo de batalha destas guerras e a necessidade de unidade de comando que emana do Comandante-Chefe testado pode também explicar a destituição dos governos democráticos no Mali, Burkina Faso, Guiné e Chade. Na verdade, a democracia falhou na maioria dos índices de segurança humana no continente e, portanto, é responsável pela atração dos domínios militares pelo povo (AfDB 2021; Abdul Korah 2010; Akadiri e Akadiri 2018).

Fraca governança regional e global no continente

A era pós-Guerra Fria apontou a globalização e o aumento da interdependência entre os Estados, especialmente aqueles de regiões comuns. Isto levou ao aumento da integração regional e ao compartilhamento de normas e valores comuns para facilitar as interações e atender às ameaças e desafios frequentes no domínio regional. Estas realidades levaram a uma governança regional em diversas áreas de preocupação continental. A União Europeia, por exemplo, abraçou a democracia liberal, o respeito aos direitos humanos e a economia de livre mercado como instrumentos da governança regional em seu domínio (Micossi 2008; Mayoral 2011).

A governança regional democrática é extremamente inadequada na África. As tentativas de forjar uma Arquitetura de Governança Africana (*African Governance Architecture*, AGA, na sigla em inglês) com uma regulamentação continental de práticas democráticas e boa governança no continente continuam ineficazes desde sua criação em 2011. De acordo com o Centro Europeu de Gestão de Políticas de Desenvolvimento (*European Center for Development Policy Management*, no original), a AGA tem um mandato amplo, mas carece das capacidades e recursos administrativos e operacionais para monitorar, coordenar e estimular ou impor o cumprimento das posições de governança acordadas pela UA (ECDPM 2017, 1). A importância disto, entre outros, é que

os Estados do continente definem a governança de acordo com as vontades e caprichos de seus líderes políticos e dificilmente se aterão às práticas globais mínimas da democracia liberal que eles afirmam praticar. Até mesmo o Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (*African Peer Review Mechanism*, no original), construído para melhorar a revisão periódica das políticas governamentais pelos Estados membros, parece bom no papel. A maioria dos relatórios de avaliação está politicamente inclinada a apoiar e endossar os governos em exercício, já que os dados coletados sobre as questões assim avaliadas contradizem as realidades dos Estados (Bing-Pappoe 2010; Grudz 2009).

Os Atos Constitutivos da UA rejeitam a mudança inconstitucional de governo, mas muito pouco é feito pela própria organização para que se os faça cumprir. A nível sub-regional, ancorados no princípio de subsidiariedade da UA, os cinco grupos regionais reconhecidos - Capacidade Regional Norte-Africana (*North African Regional Capability*, no original), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (*Economic Community of West African States*, no original), Comunidade da África Oriental (*Eastern African Community*, no original), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community*, SADC, na sigla em inglês) e Comunidade Econômica dos Estados da África Central (*Economic Community of Central African States*, ECCAS, na sigla em inglês) – projetaram em retórica uma governança democrática de várias formas, sem o correspondente esforço concertado para promover práticas democráticas além de eleições simbólicas. Assim, a democracia tem sido um discurso vazio no continente.

Por exemplo, no Magrebe, cada Estado estabelece padrões para o que é considerado como governança democrática. De fato, o domínio da cultura islâmica na sub-região e a competição hegemônica entre os Estados têm dificultado a construção de um valor comum de governança e outras esferas pelos Estados membros. O ECCAS é a casa das lideranças de longa data como exemplificado por Camarões, República do Chade, Guiné Equatorial e Gabão, entre outros. Portanto, eleições manipuladas são feitas periodicamente para legitimar regimes em exercício, daí a baixa rotatividade eleitoral de regimes na região e a democracia totalitária na sub-região. Segundo a *IDEA International* (2021), não existem democracias entre os sete países da África Central.

Da mesma forma, a Comunidade da África Oriental tem poucas credenciais democráticas além do Quênia. A fraca manifestação democrática dentro da sub-região dificultou a construção de uma governança democrática sub-regional capaz de verificar o prolongamento da posse dos governantes por meio de emendas desnecessárias à Constituição, como testemunhado em

Ruanda, Uganda e Burundi. A Eritréia não finge sobre sua governança autoritária e desdém pela democracia e seu valor inerente. Assim, sem pressão de vizinhos imediatos sobre normas e práticas democráticas compartilhadas, o declínio democrático está fadado a degenerar-se e, de fato, levar a golpes militares na África Oriental.

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), por sua vez, ratificou o Plano Indicativo Estratégico para o Órgão de Defesa, Política e Segurança (*Strategic Indicative Plan for the Organ on Defense, Politics and Security*, SIPO, na sigla em inglês) e o Plano Indicativo Estratégico Harmonizado para o Órgão (*Harmonized Strategic Indicative Plan for the Organ*, SIPOII, na sigla em inglês) como instrumentos integrais para a implementação do Tratado da SADC de 1999. A principal ênfase desses instrumentos regionais é a promoção da democracia, do Estado de Direito, da segurança humana e a rejeição de mudanças desordenadas e inconstitucionais de governo. Estes instrumentos explicam adequadamente seu papel mediador no golpe que depôs o Presidente Robert Mugabe em 2017 (SADC 2004; Van Neuwkerk 2012; Asuelime 2018).

Diz-se que a CEDEAO tem as melhores credenciais democráticas entre os grupos sub-regionais da África. Definindo a democracia em relação ao governo representativo, administração imparcial, engajamento participativo, direitos fundamentais e controle do governo, como derivado da estrutura conceitual do *International IDEA'S Global State of Democracy* (GSoD), a CEDEAO foi considerada a sub-região mais democrática do continente, com 50% das democracias africanas (International IDEA 2021, 5). Isto não pode ser alheio à operacionalização do protocolo sobre Democracia e Boa Governança ratificado em 2001 como parte da Estrutura de Prevenção de Conflitos da CEDEAO (*ECOWAS Conflict Prevention Framework*, ECPF, na sigla em inglês) (Atuobi 2010; Ekiyor 2008). Isto justifica o envolvimento da CEDEAO na restauração dos mandatos democráticos em toda a sub-região, como ilustrado na crise eleitoral gambiana de 2017, no impasse eleitoral da Costa do Marfim em 2011, e no envolvimento na transição do regime de Abdoulaye Wade no Senegal, bem como em compromissos contínuos com juntas militares no Mali, Guiné e Burkina Faso nos últimos seis meses.

Apesar destes esforços notáveis da CEDEAO, existem lacunas nas respostas da organização ao declínio democrático e à mudança inconstitucional de governo, e estas incluem: má avaliação dos sinais de alerta precoces; incapacidade de interromper o prolongamento da posse de governantes em exercício através de manipulação constitucional, má gestão dos desafios de segurança nos Estados membros e o interesse francês na sub-região.

Sobretudo, a CEDEAO sempre vigia a posição da França em questões dos países francófonos. Isto explica o atraso da CEDEAO em fazer pronunciamentos sobre questões em antigas colônias francesas, já que a recente emenda constitucional na Costa do Marfim pode não ser escalonada nos países anglófonos da África Ocidental para dar ao Presidente Ouattara um aceno para o terceiro mandato. Além do mais, a tácita aceitação francesa do primeiro golpe de Asimi Goita em agosto de 2020 influenciou a disposição branda da CEDEAO em relação à junta. A fraqueza da CEDEAO no caso de Mali realmente fortaleceu o poder da junta e gerou as ondulações contagiosas na Guiné, Burkina Faso, bem como ameaçou a Guiné Bissau. De fato, além da baixa capacidade dentro da CEDEAO de mobilizar recursos e fundos necessários para projetos regionais de governança democrática, o neocolonialismo resultante do interesse francês enfraquece a governança regional na África Ocidental e em outros lugares do continente, e é responsável pelo comportamento recalcitrante dos Estados membros que até agora ratificaram instrumentos regionais de governança democrática em seus respectivos domínios (Okon 2021; Zambakari 2021).

Além disso, a falta de consenso global sobre uma democracia ideal, bem como a política das grandes potências sobre a mudança autoritária e inconstitucional de governo impulsionou golpes de Estado no continente. As próprias Nações Unidas não estabeleceram um padrão para uma democracia ideal, exceto por seu incentivo a eleições periódicas e retórica sobre direitos humanos, como ecoam os países ocidentais. Assim, mesmo a Coreia do Norte passa como um enclave democrático de uma maneira que Uganda, Camarões e Togo se orgulham (Igwe 2011; Sakai 2013; Siegle 2006). Os vestígios das divisões da Guerra Fria continuam a dificultar o consenso global sobre a mudança inconstitucional de governo e a punição apropriada para as juntas militares. Recentemente, a CEDEAO, a França e a UE sancionaram conjuntamente o Mali sobre a extensão do governo militar até 2025; essas sanções foram criticadas por alguns membros do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) (ECOWAS 2022; AFP 2022). Esta e outras decisões controversas similares do CSNU e da comunidade internacional sobre autoritarismo encorajam a impunidade da liderança democrática no continente, bem como a conspiração de golpes, já que não há entidade moderadora para controlar os excessos do sistema, e a iminente repetição da armadilha da soberania por parte dos beneficiários do governo criminoso.

Assim, na ausência de dissuasão contra o autoritarismo e a conspiração de golpes, o último é destinado a seguir o primeiro, assim que houver uma oportunidade, como o protesto em massa da oposição e de grupos sobre as políticas governamentais ou a percepção de fracasso dos governos.

A anatomia das forças armadas africanas e dos golpes de Estado

Os militares africanos estão presos em uma teia de contradições inerentes aos próprios Estados africanos, pois a maioria das Forças Armadas do continente são caricaturas de ideais militares pelo padrão global (Decalo 1977). A descrição capta a característica básica da maioria das Forças Armadas do continente, onde o recrutamento para esses serviços é feito para garantir a hegemonia étnica e o equilíbrio. Nestes cenários, os beneficiários das políticas devem sua lealdade a algum padrinho político ou a seu símbolo etno-regional. A implicação é que a maioria dessas forças armadas são um agrupamento de sobreposições reunidas para satisfazer o desejo dos detentores de poder, sem qualquer zelo e patriotismo por suas nações ou Estados. Consequentemente, a maioria deles tem dificuldade de cumprir com os papéis constitucionais das Forças Armadas e de se submeter às autoridades civis em seus respectivos Estados, especialmente quando existem ameaças percebidas aos círculos eleitorais que facilitam seu recrutamento para os serviços armados. Isto leva à prevalência de contra golpes de Estado como fenômeno nos Estados africanos ao longo dos anos, e do golpe de Guiné Bissau em 2012, do recente golpe fracassado na República do Níger em 2021 e do golpe de “herança” no Chade em 2021, com a queda do falecido Idris Derby (Ilorah 2009; Ouedraogo 2014).

Outro déficit das forças armadas africanas é a escassez de logística necessária para o poder militar moderno. As forças armadas africanas não são bem equipadas devido aos pactos de defesa neocolonial, que fizeram com que os Estados africanos dependessem de seus antigos mestres coloniais e aliados da Guerra Fria para apoio militar. As novas guerras da era pós-Guerra Fria realmente expuseram essas inadequações, já que os teatros dos conflitos estão dentro do domínio doméstico, e o pacto de defesa contra ameaças externas à soberania e segurança dos Estados pode não ser útil em tais tipos de conflitos.

Neethling (1999, 5) observou que, além da Nigéria, África do Sul, Angola e Egito, cinco dos vinte exércitos africanos não têm nenhuma base logística, oito tinham uma rede logística que não podia sequer apoiar unidades do exército além de seus quartéis e seis (pequenos) Estados tinham capacidades limitadas a nível de batalhão para atuar dentro de seu Estado de origem. Isto revela que apenas uma fração dos militares nos Estados africanos participa da conspiração e execução de golpes, já que apenas esta fração tem a plataforma e os equipamentos necessários para operações militares em seus Estados. A baixa capacidade logística torna difícil para outras formações militares repelir tentativas de golpe ou verificar a ambição

dos oficiais militares com acesso aos limitados equipamentos e plataformas disponíveis no país. Isto foi confirmado por First (1970, 4), que verificou que Mobutu derrubou Beatrice Lumumba com 200 homens; o General Soglo tomou o poder em Daomé (hoje Togo) com sessenta pára-quedistas em 1967; e Kwame Nkrumah foi derrubado por 500 homens.

Assim, os golpes militares na África são feitos por um pequeno grupo de soldados com acesso a algumas armas convencionais, com as quais eles mantêm o país inteiro como refém. Além disso, a maioria dos Estados africanos gasta muito pouco com suas forças armadas e sua defesa. Isto afeta o treinamento de seus membros e leva à falta de profissionalismo nos serviços militares. Na maioria dos casos, a maioria das tropas é treinada em batalhas de trincheiras e deveres gerais. O treinamento deficiente e a falta de profissionalismo expõem os oficiais militares à política nacional e fazem do patrocínio político um verdadeiro caminho para a promoção e progressão na carreira nos enclaves patrimoniais (Howe 2001; Ouedraogo 2014). As forças armadas africanas e, de fato, os sistemas políticos não são ousados o suficiente para prescrever uma punição consistente para os golpes de Estado, especialmente aqueles bem sucedidos. O golpe é uma ofensa desleal contra o Estado ao subverter a vontade popular. Em vez de criminalizar o ato em sua totalidade, as principais organizações da sociedade civil (OSC) apóiam amplamente a criminalidade e as massas celebram os crimes.

Posteriormente, a Junta é persuadida a liberar políticos e outros capturados e um novo governo de base ampla é formado. A falta de punição correspondente para os golpistas, independentemente do tempo e do espaço, torna a conspiração de golpes atraente, especialmente nos enclaves onde muitos se alistam nas forças armadas, não por causa do patriotismo, mas como um meio de ganhar uma vida decente e escapar dos grilhões da pobreza e da falta de emprego. Além disso, um golpe de Estado bem sucedido e a liderança militar de um Estado africano dão à junta acesso irrestrito ao tesouro nacional, que eles utilizam impunemente. A importância desta realidade é que o golpe é um empreendimento lucrativo e um meio de adquirir ativos políticos e financeiros para a influência da sociedade. São muitos os exemplos que ilustram isso. Na Nigéria, as ex-juntas militares estão entre as mais ricas e influentes do país. Yahya Jammeh da Gâmbia, Blaise Compaoré de Burkina Faso, o falecido Jerry Rawlings de Gana, estão entre os ex-membros de juntas militares que desfrutam dos ganhos da conspiração do golpe e desempenham papéis significativos no espaço político de seus respectivos países. Os sucessos da ex-junta servem de inspiração para os golpistas atuais, já que o golpe é um caminho curto para a riqueza, influência e fama na sociedade, é

ainda mais gratificante do que longos e meritórios serviços militares, onde a maioria dos veteranos militares na África são negligenciados por seus respectivos Estados e deixados a morrer na penúria, na doença e nas necessidades (Heinencken e Bwalya 2013; Runesu 2016).

Conclusão

Este documento se propõe a explicar porque os golpes militares estão de volta à África no novo milênio. Ele identifica vestígios do autoritarismo e da síndrome de lideranças que não abrem mão do poder; estruturas, normas e valores democráticos frágeis; fracassos da democracia; a falta de consenso na governança regional e global sobre eleições democráticas além das simbólicas; e dissecou a anatomia das forças armadas africanas como uma caricatura do que há de mais avançado em termos de treinamento, equipamento, disciplina e patriotismo, entre outros, como as razões para os golpes recorrentes na África. O documento também destaca os papéis dos extremistas islâmicos, as mudanças climáticas, a queda de Gaddafi e o subsequente saque do arsenal militar da Líbia como facilitadores do terrorismo no Sahel e outros desafios de segurança nos estados sahelianos, que corresponde por cerca de oitenta por cento dos golpes militares na África na última década. O estudo revela que a glorificação das instituições militares pelos estudiosos das relações civis-militares impulsiona a psique das forças de defesa e os incentiva a intervir na política do continente. Além disso, a falta de punição dissuasiva para os golpistas e os enormes benefícios para os governantes militares continuariam a servir como incentivos para os golpistas.

Conclui-se que os golpes militares surgem dos déficits de segurança humana no continente e são atividades rotineiras das quais as forças armadas são um infrator potencial e voluntário. Os Estados africanos são alvos devido a fatores político-históricos, sociais e econômicos, e não há medidas contrárias para dissuadir os militares, tanto dentro como fora dos mesmos.

O estudo recomenda, portanto, a promoção da segurança humana no continente, por meio da:

- Industrialização e investimento em instalações de infra-estrutura que apóiam pequenas e médias empresas. Estas medidas são fundamentais para a criação de empregos e a redução da pobreza.
- Promoção de eleições confiáveis, liberdade política, participação e inclusão além do processo eleitoral.

- Proteção dos direitos básicos dos cidadãos e aderência ao Estado de Direito.
- Promulgação e aplicação de leis de administração de recursos que promovam a redistribuição justa da receita obtida, e a proteção do meio ambiente em regiões ricas em recursos em todo o continente.
- Investimento maciço no setor de saúde, e provisão de seguro saúde para os cidadãos.
- Melhoria da igualdade étnica e religiosa, e um policiamento comunitário eficaz no continente
- Amplo investimento na agricultura e adaptação de novas tecnologias no setor às necessidades do continente.
- Criminalização da conspiração de golpes em todo o mundo com medidas punitivas de dissuasão, tais como prisão perpétua e apreensão de todos os bens dos golpistas.
- Institucionalização do limite de dois mandatos presidenciais em todo o continente.
- A ratificação da Arquitetura de Governança Africana de maneira que excluirá um Presidente em exercício de se beneficiar de uma emenda constitucional para extensão de mandato.
- Investimento contínuo nas reformas do setor de segurança e fortalecimento dos mecanismos sub-regionais de combate ao terrorismo.

Acima de tudo, a promoção de OSCs de base ampla capazes de estabelecer uma agenda nacional e responsabilizar os governos perante o povo é um imperativo urgente que promoveria a boa governança e manifestaria contra qualquer tentativa de golpe no continente.

Referências

- Abdul-Korah, Gariba. 2010. "Corruption in Africa: Causes, Consequences, and Clean up." *Journal of Third World Studies* 27, no. 2: 305-310.
- Acemoglu, Daron et al. 2010. "A Theory of Military Dictatorships." *American Economic Journal: Macroeconomics* 2, no. 1: 1-42.
- Adefaka, Bashir. 2016. "June 12, 1997 Phantom Coup, Abacha years: Everybody has his own blame." *The Vanguard Newspaper*, 2 de outubro de 2016. <https://www.vanguardngr.com/2016/10/june-12-1997-phantom-coup-abacha-years-everybody-blame-diya/>.
- African Development Bank (AfDB). 2021. *African Economic Outlook 2021*. Abidjan: African Development Bank Group.
- AFP. 2022. "France Presses EU to Agree to Sanctions against Mali, in line with ECOWAS." *France 24*, 13 de Janeiro de 2022. <https://www.france24.com>.
- Agnew, John. 2002. "Democracy and Human rights after the Cold War." In *Geographies of Global Change*, organizado por R. J. Johnson, P. Taylor, e M. Watts. London: Blackwell.
- Akadiri, Seyi Saint, e Ada Chigozie Akadiri. 2018. "Growth and Inequality in Africa: Reconsideration." *Academic Journal of Economic Studies* 4, no. 3: 76-86.
- Arrieff, Alexis. 2015. "Burundi's Electoral Crisis: In Brief." *Congressional Research Service*. Washington DC..
- Asuelime, Legend. 2018. "A Coup or not a Coup: That is the Question in Zimbabwe." *Journal of African Foreign Affairs (JOAFA)* 5, no. 1: 5-24.
- Atuobi, Samuel. 2010. "Implementing the ECOWAS Conflict Prevention Framework: Prospects and Challenges." *Kofi Annan Peacekeeping Training Centre (KAIPTC) Policy Brief*, no 3: 1-4.
- Bing-Pappoe, Adotey. 2010. *Reviewing Africa's Peer Review Mechanism: A Seven Country Survey*. Ottawa: Partnership Africa Canada.
- Chakravarty, Shanti. 2018. "Democratic Participation." *Homo Oeconomicus* 35: 235-254. <https://doi.org/10.1007/s41412-018-0074-7>.
- Cohen, Lawrence, e Marcus Felson. 1979. "Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach." *American Sociological Review* 44: 588-608. <https://doi.org/10.2307/2094589>.
- Decalo, Samuel. 1977. *Coups and Army Rule in Africa*. New Haven: Yale University Press.

- ECDPM. 2017. "Political economy dynamics of Regional organization in Africa." *PEDRO Policy Brief*. <https://ecdpm.org/dossiers/political-institutional-dynamics-regional-organisations-africa/#>.
- Economic Community of West African States (ECOWAS). 2022. *Final Communiqué: 4th Extraordinary Summit of the ECOWAS Authority of Heads of State and Government on the Political Situation in Mali*. Abuja: ECOWAS Commission.
- East and Horn of African Human Rights Defenders Project (EHAHRDP). 2015. 2015: *Burundi at a Turning Point - Human Right Defenders Working in the Context of Elections*. Kampala: Eastern and Horn of Africa Human Rights Development Project.
- Ekiyor, Thelma. 2008. "ECOWAS Conflict Prevention Framework (ECPC): A New Approach to an Old Challenge." *WACSI op-ed*.
- Finer, Samuel. 1962. *The Man on the Horseback – The Role of Military in Politics*. London: Transaction Press.
- First, Ruth. 1970. *Barrel of a Gun: Political Power in Africa and the Coup D'état*. London: Penguin Books.
- Fridy, Kevin. 2009. "Africa Disappearing Election Results: Why Announcing the Winner is Simply Not Enough." *Journal of African Elections* 8, no. 2: 88-101.
- Gruzd, Steven. 2009. "The African Peer Review mechanism. Assessing origins, Institutional Relations and Achievements." *South African Institute of International Affairs Occasional Paper* 29.
- Hoffman, Anette. 2021. "Military Coup Betrays Sudan's Revolution: Scenarios to Regain the path towards full Civilian Rule." *Clingendael Policy Brief* (November 2021).
- Hope, Kempe. 2017. *Corruption and Governance in Africa: Swaziland, Kenya, Nigeria*. London: Palgrave Macmillan.
- Hounkpe, Mathias, e Ismaila Fall. 2011. *Electoral Commissions in West Africa: A Comparative Study*. Abuja: Friedrich-Ebert Stiftung.
- Howe, Hebert. 2001. *Ambiguous Order: Military Forces in African States*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Human Rights Watch (HRW). 2010. *Elections in Egypt: State of Permanent Emergency Incompatible with free and fair vote*. New York: Human Rights Watch.
- Huntington, Samuel. 1981. *Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil Military Relations*. London: Belknap Press.

- International Crisis Group (ICG). 2021. "The Deadly Stalemate in Post-Coup Myanmar." *Crisis Group Asia Briefing* 170 (October).
- Igwe, Dickson. 2011. "The Continuity of 'Autocratic Presidency' in Africa's Democratic Project." *International Journal of Public Policy* 7, no. 1: 180 – 194.
- Ilorah, Richard. 2009. "Ethnic Bias, Favoritism and Development in Africa." *Development Southern Africa* 26, no. 5: 695-707.
- International IDEA. 2021. *The State of Democracy in Africa and the Middle East 2021*. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Japhet, M. 1978. "Military Coups and Military Regimes in Africa: Scientia Militia." *South African Journal of Military Studies* 8, no. 4: 1-12.
- Jinadu, Adele. 1997. "Matters Arising: African Elections and the Problem of Electoral Administration." *African Journal of Political Science* 2, no. 1: 1-11.
- Joseph, Richard. 1984. "Class, State and Prebendal Politics in Nigeria." In *State and Class in Africa*, organizado por Nelson Kasfir. London: Frank Cass.
- . 1997. "Democratization in Africa After 1989: Comparative and the Theoretical Perspective." *Comparative Politics* 29, no. 3: 363-382. <https://doi.org/10.2307/422126>.
- Kim, WheeGaok. 1998. "Democracy and Economic Development in South Korea and its Appreciation." *International Journal of Korean Studies* 2, no. 1: 69-99.
- Kisaka, Michael, e Israel Nyadara. 2019. "Ethnicity and Politics in Kenya's Turbulent Path to Democracy and Development." *Sosyal Siyaset Konferansları Dergisi, Journal of Social Policy Conferences* 76: 159-180.
- Lowings, Ben. 2021. "The Dominance of Military Power in Sudan: Ramifications of the Coup d'etat". *Brussels International Centre, Rethinking Security in the 2020s Series (Novembro)*.
- Mataka, Blessing, e Nwaka Nkandu. 2020. "The Effect of Voter Apathy on the Growth of Electoral Democracy in Zambia with Special Focus on Kabwe Central Constituency." *Global Journal of Advanced Research* 7, no. 3: 81-87.
- McGowan, Pat, e Thomas Johnson. 1984. "Sixty Coups in Thirty Years: Further Evidence Regarding African Military Coup d'etat." *Journal of Modern African Studies* 24: 539-546.
- McPhee, Peter. 2014. *The French Revolution*. Oxford: Oxford University Press.
- Micossi, Stephano. 2008. "Democracy in the European Union." *CEPS Working Document No.286 February, January*. Democratic improvements in the European Union under the Lisbon ineate Institutional changes Regarding Democratic government in the EU." San Domenico di Fiesole: European Union Democracy Observatory.

- Neethling, T. 1999. "Towards Joint Ventures: Use of UN Observer Missions in Africa." In *From peacekeeping to complex emergencies: Peace Supports Missions in Africa*, organizado por Jackie Cilliers e Greg Mills. Pretoria. South African Institute of International Affairs and the Institute of Security Studies.
- Nordlinger, Eric. 1977. *Soldiers in Politics: Military Coups and Governments*. New Jersey: Prentice Hall.
- Nyang'oro, Julius. 1993. Military Coups d'état in Nigeria Revisited: A Political and Economic Analysis. *American Review of Politics*. DOI: 10.15763/issn.2574-7781.1993.14.0.129-147.
- . 1989. *The State and Capitalist Development for Africa: Declining Political Economics*. New York: Praeger.
- Oguchi, Chinweuba, e Innocent Jooji. 2020. "Voters - Registration Apathy and the Credibility of the Nigerian Electoral System." *Research Journal of Humanities, Legal Studies & International Development*, 4, no. 1: 126-137.
- Okon, Enoch, e Victor Ojakorotu. 2018. "Imperialism in Contemporary Africa: An Analysis of Continuity and Change." *Journal of African Foreign Affairs* 5, no. 2: 227-249.
- Okon, Enoch. 2021. "Mali: ECOWAS Response to Conflict in Mali (2012-2021)." *Conflict Studies Quarterly* 37: 36-53.
- Onah, Emmanuel, e Uche Nwali. 2018. "Monetisation of Electoral Politics and the Challenge of Political Exclusion in Nigeria." *Commonwealth and Comparative Politics* 56, no. 1: 1-22.
- Ouedraogo, Emile. 2014. "Advancing Military Professionalism in Africa." *African Centre for Strategic Studies Research Paper* 6.
- Paul, Kenneth, e Andrew Tan. 2003. "Democracy and the Grassroots Sector in Singapore." *Space & Polity* 7, no. 1: 3-20. <https://doi.org/10.1080/13562570309245>.
- Runesu, Elimon. 2016. "An Overview of Military Social Work: The Case of Zimbabwe." *African Journal of Social Work* 6, no. 1: 14-21.
- Southern Africa Development Community (SADC). 2004. *Strategic Indicative Plan for the Organ*. Gaborone: SADC Secretariat.
- Sakai, Takashi. 2013. "North Korea Political System." *Journal of World Affairs* 61/62: 46-59.
- Shimeles, Abebe, e Tiguene Nabassaga. 2017. "Why is Inequality High in Africa?" *African Development Bank Group Working Paper* no. 246 (Janeiro).

- Siegle, Joseph. 2006. "Democratic Divergence in Africa: Lessons and Implications for Aid." *Paper for the Workshop Africa Beyond Aid* April, 3-4, 2006. Potsdam, Germany, sediado por Brenthurst Foundation.
- Teffo, Lesiba. 2018. "The Independence of the Electoral Commission and Election Management Bodies in an African setting: Fact or Fiction?" *Africa Insight* 48, no. 2.
- Tendi, Blessing-Miles. 2019. "The Motivations and Dynamics of Zimbabwe's 2017 Military Coup." *Africa Affairs* 119, no. 474: 39-67.
- Thakur, Ramesh. 2006. *The United Nations, Peace and Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Thompson, William. 1976. "Organizational Cohesion and Military Coup Outcomes." *Comparative Political Studies* 9, no. 3. DOI: 10.1177/001041407600900302.
- Ugoh, Samuel. 2008. "Ethno-politics: Conception and Theoretical Perspectives." *Unilag Journal of Politics* 4: 133-163.
- UNDP. 1994. *Human Development Report*. Retirado em 14 de maio de 2022. <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994>.
- Van Nieuwkerk, Anthoni. 2012. *Towards Peace and Security in Southern Africa: A Critical Analysis of the Revised Strategic Indicative Plan for the Organ on Politics, Defense and Security Cooperation (SIPO) of the Southern African Development Community*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Vatikiotis, Panayiotis. 1991. *The History of Modern Egypt: From Muhammad Ali to Mubarak*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Von Tigerstrom, Barbara. 2006. "International Law and the Concept of Human Security." In *The Challenge of Conflict: International Law Responses*, organizado por U. Dolgopol e J. Gardam, 599-615. (Eiden: Martinus Nijhoff Publishers.
- Welch, Claude Emerson. 1987. "The Roots and Implications of Military Intervention." In *Soldiers and State in Africa: A Comparative Analysis of Military Intervention and Political Challenge*, organizado por Claude Emerson Welch. Evanston IL: North Western University Press.
- World Bank. 2013. *African Pulse: An Analysis of Issues Shaping Africa's Economic Future*. New York: World Bank Group.
- Zambakari, Christopher. 2021. "Mission to Civilize: The French West African Federation." *Conflict Trends*, no. 1: 38-46.

RESUMO

Este artigo procura explicar as variáveis que promovem os golpes militares na África no novo milênio. O estudo adota um desenho de pesquisa histórico e baseia-se na teoria da Segurança Humana. Os dados são obtidos de fontes secundárias e apresentados qualitativamente. Estes dados são analisados com técnicas de análise de conteúdo. Este estudo identifica os vestígios do autoritarismo, estruturas democráticas frágeis, fracasso da democracia e má governança democrática regional e global, bem como indisciplina nas forças armadas como razões para a recorrência de golpes militares na África. Conclui, portanto, que a realização de golpes poderia ser verificada e recomenda a criminalização da conspiração de golpes em nível global com medidas punitivas de dissuasão. Além disso, os Estados africanos precisam abordar os fatores sociopolíticos e econômicos, como também outras variáveis de segurança humana que justifiquem a intervenção militar em seus respectivos domínios.

PALAVRAS-CHAVE:

Golpe Militar. África. Autoritarismo. Democracia. Forças Armadas Africanas.

Recebido em 21 de março de 2022.

Aceito em 12 de junho de 2022.

Traduzido por Cecília Maieron Pereira.